A nova economia do sofrimento

Marcio Pochmann

18/06/2026

Entre o controle algorítmico e a hipermedicalização, as dores inerentes à exploração contemporânea deixam de ser motor para a transformação política e passam a nutrir a bilionária indústria farmacêutica



1.

A modernidade nasceu sob a promessa da emancipação humana. Ao deslocar o centro da explicação do mundo da vontade divina para a razão, o Iluminismo europeu rompeu com a ordem transcendental que sustentava as sociedades agrárias. Durante séculos, a Igreja havia organizado não apenas a fé, mas também os sentidos atribuídos à vida, à morte, à culpa, à pobreza, à obediência e ao sofrimento. Nas sociedades agrárias, marcadas pela tradição, hierarquia e religiosidade, a dor humana podia ser interpretada como provação, destino, pecado, penitência ou promessa de salvação.

A razão moderna, ao superar progressivamente o poder transcendente da Igreja, abriu caminho para a ciência, para o Estado secular, para o indivíduo autônomo e para a ideia de progresso. Mas essa libertação teve também seu reverso. Ao desencantar o mundo, a modernidade retirou do sofrimento parte de sua antiga moldura simbólica. A dor deixou de pertencer apenas ao campo da alma, do mistério e da salvação para ser incorporada ao campo da norma, da ciência, da produtividade e da adaptação social.

No século XX, Sigmund Freud (1856-1939) percebeu com lucidez que a civilização moderna não havia eliminado o sofrimento humano. Ao contrário, havia deslocado suas formas. Nas sociedades urbanas e industriais, o mal-estar passou a expressar as tensões próprias da vida civilizada como a repressão dos desejos, disciplina do trabalho, culpa, competição, solidão, renúncia e conflito permanente entre liberdade individual e exigências coletivas. A promessa moderna de autonomia convivia, assim, com novas formas de contenção psíquica e social.

O século XXI radicalizou esse processo. O sofrimento humano deixou de ser apenas uma condição existencial para se transformar em uma das mais lucrativas fronteiras de acumulação do capitalismo contemporâneo. Nunca se falou tanto em saúde mental. Nunca se diagnosticou tanto. Nunca se consumiram

tantos psicofármacos. E, paradoxalmente, nunca tantas pessoas declararam sofrer de ansiedade, depressão, esgotamento emocional, transtornos de atenção e dificuldades de adaptação à vida cotidiana.

A expansão da indústria farmacêutica ocorre simultaneamente ao crescimento dos diagnósticos relacionados à saúde mental. O que antes era compreendido como parte das tensões da vida social, dos conflitos do trabalho, das desigualdades econômicas e das incertezas da existência passou a ser cada vez mais interpretado como problema individual, passível de enquadramento clínico e tratamento medicamentoso.

Não se trata de negar a existência dos transtornos mentais, nem os avanços científicos obtidos pela psiquiatria, psicologia e neurociência. O problema emerge quando a lógica da medicalização avança sobre a própria compreensão da condição humana. A tristeza converte-se em depressão. A inquietação, em transtorno. A diferença, em patologia. A singularidade, em desvio estatístico.

2.

Nesse contexto, o diagnóstico deixa progressivamente de ser apenas um instrumento médico para se tornar uma identidade social. Categorias clínicas como TDAH, transtorno do espectro autista e diversas síndromes comportamentais passam a organizar formas de pertencimento, reconhecimento e proteção institucional. Em muitos casos, o indivíduo não apenas possui um diagnóstico, mas passa a existir socialmente por meio dele.

A transformação do diagnóstico em identidade revela uma mudança profunda na forma de governança das populações no território. Em vez do controle exercido sobre grandes coletividades, típico da sociedade urbana e industrial, emerge um novo modelo centrado na gestão das subjetividades na sociedade de serviços hiperconectada da era digital. Cada pessoa torna-se responsável por administrar o próprio sofrimento, monitorar seus comportamentos, regular suas emoções e consumir os recursos necessários para manter-se funcional.

O que antes era questão política converte-se em problema clínico. O desemprego transforma-se em ansiedade. A precarização do trabalho, em depressão. O isolamento social, em transtorno comportamental. A competição permanente, em síndrome de *burnout*. A violência da vida contemporânea desaparece das estatísticas sociais para reaparecer nos prontuários médicos.

Nesse cenário, a indústria farmacêutica ocupa posição estratégica. O sofrimento converte-se em mercado. A expansão dos diagnósticos amplia o universo de consumidores. Novas classificações geram novas terapias, novos medicamentos e novos nichos de rentabilidade. A fronteira entre cuidado e mercantilização torna-se cada vez mais tênue.

Paralelamente, as plataformas digitais aprofundam a individualização da experiência humana. Algoritmos monitoram comportamentos, registram emoções, capturam padrões cognitivos e produzem novas formas de dependência psicológica. A saúde mental torna-se, simultaneamente, objeto de intervenção médica, exploração econômica e vigilância tecnológica.

O resultado é a consolidação de um modelo de sociedade em que indivíduos cada vez mais diagnosticados, medicados e monitorados convivem com condições estruturais que permanecem intocadas. Em vez de transformar as causas sociais, econômicas e políticas do sofrimento, administram-se permanentemente as emergências dos sintomas.

A grande questão contemporânea talvez não seja apenas explicar por que crescem os transtornos mentais. A pergunta decisiva é outra, pois até que ponto se está diante de uma crise da saúde mental ou de uma crise da própria organização social, econômica e política contemporânea?

Talvez a epidemia mais silenciosa do século XXI não seja apenas a dos transtornos psicológicos. Talvez seja a naturalização de um sistema que transforma sofrimento em mercadoria, diagnóstico em identidade, cuidado em oportunidade de negócios e conexão digital em governança de população em território.

Marcio Pochmann é *professor titular de economia na Unicamp, é o atual presidente do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Autor entre outros livros de* Novo sujeito coletivo: a governança de populações em três tempos do capitalismo no Brasil (*Editora da Unicamp*). [https://amzn.to/40lMNWU]

Via A terra é redonda

Compartilhe nas redes: